

ATA DA 3ª. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – BIÊNIO 2021/2022 DO CONSELHO
MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2021.

1 Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte um, às nove horas e trinta minutos, em
2 segunda chamada, realizou-se a terceira Assembleia Geral Ordinária – biênio 2021/2022 do
3 CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, realizada em ambiente
4 virtual, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 02ª Assembleia
5 Geral Ordinária do biênio 2021/2022. 2 – Indicação de membro (Titular e Suplente) do COMDEMA
6 para representação na Comissão Municipal de Mudança do Clima – CMMC. 3 – Apresentação: Coleta
7 e Destinação de Resíduos Secos, Orgânicos e Recicláveis no município de Santos. – Srs. Carlos Eizo
8 e Marco Aurélio Neves (SESERP). 4 – Explanação sobre o Projeto e plano de trabalho para limpeza
9 da área de mangue do Instituto Ecofaxina – Sr. Marcio Paulo (Secretário de Meio Ambiente). 5 –
10 Apresentação das novas diretrizes do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto. 6 – Assuntos
11 gerais. Conselheiros presentes: Srs. (as). Ronaldo Vizine Santiago e Marcus Fernandes Neves
12 (SEMAM I), Sergio Luiz Ornellas Schlicht e João Cirilo Fernandes Wendel (SEMAM II), Marcos
13 Pellegrini Bandini (SESEG), Liana A. Julião Pio do Carmo (SEDUC), Valeria César da Costa
14 (SECTUR), Paulo Antônio Fritelli (SIEDI), Carlos Tadeu Eizo (SESERP), Rodrigo Garcia Mehringer de
15 Azevedo (SEDS), Carla Pupin (SEDURB), Bruno Biasotto Francischini (SEGOV), Valter Leite
16 (SEPORT-RC), Ana Paula Campos Machado e Juliana Ribeiro Nobrega (COHAB), Pompeu Oliveira
17 Cavalcante e Marly Alvarez Cimino (PRODESAN), Jhonnnes Alberto Vaz (UNISANTOS), Matheus
18 Souza Ruiz (Unisanta), Yuri Tavares Rocha (EPUSP-USP), Cleide Barbieri de Souza (UNILUS), Alba
19 Kannebley (ACS), Ademar Salgosa Junior e Katia Dolabella Ferreira Luz (AEAS), Zenivaldo Ascenção
20 dos Santos (ABES), Luciana Schilndwein Gonzalez e Gilberto Passos de Freitas (OAB), Andre Tomé
21 Coelho (SANTOS LIXO ZERO), Giselle Bertagna e Maro Chioccarello Júnior (VIDAS RECICLADAS),
22 José Roberto Stos Fernandes e Caetano Valentim Martire (ASSOC. SANTISTA DE LONGBORDER -
23 ASL), Ibraim Tauil (CONCIDADANIA), Jean Pierre Moraes Créte e André Jost Mafrá (SIND DOS
24 ARQUITETOS), Rosa Cristina F. Nascimento (SABESP), Clayton CM-PM (POLICIA AMBIENTAL),
25 Washington Moura Antunes (SESEG) e Luiz Fernando Maciel Oliva (SPA). Ausências justificadas: IMA.
26 Ausentes: SEPLAN, SECULT, SMS, CET, CIESP, CREA, CENTRO ACADÊMICO OCTAVIO BORBA,
27 COMEB. Convidados: Srs (a). Marcio Gonçalves Paulo, Eduardo Kimoto, Greicilene Pedro e Thamyres
28 Medina (SEMAM), Bruno Estupello, Bruno Tolino e Ernesto Henrique da Costa Jr. (SPA), Renato Prado
29 (CONCIDADANIA) e Roberto Moyano (SESERP). O Presidente iniciou a Assembleia cumprimentando
30 todos os participantes. No item 1, ocorreu a dispensa da leitura da Ata, sendo que o Sr. Andre Tomé
31 (SANTOS LIXO ZERO) perguntou o porquê de não constar na pauta a apresentação dos extratos do
32 FMPRMA, como consta na Ata anterior. O Presidente justificou que na reunião do Fundo de 11/02/2021
33 seria apresentada a prestação de contas e posterior apresentação ao COMDEMA. Sr. Andre reiterou
34 a necessidade da apresentação dos extratos. Sra. Luciana (OAB), membro do COMDEMA e do
35 FMPRMA, acrescentou que na reunião citada houve deliberação da prestação de contas (2019/2020).
36 Sr. Marcio Paulo informou que as Atas do Fundo são públicas e estão disponíveis no Portal da
37 Transparência no site da Prefeitura de Santos. Sra. Luciana ressaltou que não há necessidade em ter

38 uma pauta especifica sobre a questão e caso haja interesse pode-se acessar através de link que está
39 disposição. Solicitou a Sra. Glaucia envio do link aos conselheiros. Sr. Andre Tomé afirmou que a
40 apresentação dos extratos ocorreria nessa reunião e que isso deveria constar na pauta. Sra. Luciana
41 participou que a ideia de enviar o link a todos contribui para otimização dos assuntos, sugeriu que o
42 sr. Andre acesse o link, veja as informações e caso tenha questões, traga para deliberação no
43 COMDEMA. O Sr. Andre concordou e solicitou que seja incluso e conste na Ata anterior a necessidade
44 da apresentação dos extratos bancários do FMPRMA. A ata foi aprovada. Foi solicitado ao Presidente
45 a inversão de pauta, passando para o item 4, o Sr. Marcio Paulo explanou sobre o Projeto e plano de
46 trabalho para limpeza da área de mangue do Instituto Ecofaxina, explicou que há uma área cedida
47 pela SPU para construção de moradias habitacionais e de Termo de Ajustamento de Conduta assinado
48 pelo município e pelo Ministério Público que consta na 2º Vara da Fazenda, onde há o compromisso
49 em relação a essas unidades habitacionais e a recuperação de uma área com faixa de mangue, hoje
50 invadida, sendo que o Instituto Ecofaxina vem pleiteando uma área no município para fazer este
51 trabalho, mas em momento algum no processo antigo se tinha utilização para área A, B ou C. Participou
52 sobre encaminhamento de documento pelo Ministério Público no dia 04/02/21, referente a autorização
53 da cessão de até 2% da área. Informou sobre abertura de edital de chamamento na Secretaria
54 Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, solicitando projetos para a área (Jardim São Manoel) com data
55 de entrega até dia 05/ 03 até às 17h. Sra. Carla Pupin (SEDURB) complementou que será necessário,
56 após o edital de chamamento, apresentar o projeto ao SPU, com fonte de recursos, para tentativa de
57 retificação do contrato, pois a área foi cedida para construção de conjuntos habitacionais apenas, pois
58 consta no Termo de acordo judicial. Sr. Marcio Paulo informou que os projetos entregues serão
59 avaliados por uma comissão técnica da SEMAM e que o critério de avaliação é técnico e financeiro.
60 Informou que após análise será publicado o extrato dessa avaliação. Mencionou que o Instituto LIDI
61 vem acompanhando o Instituto Ecofaxina, dando reforço ao projeto deste. Sra. Luciana recebeu notícia
62 de que a área foi cedida para a prefeitura, perguntou se procede. Sr. Marcio Paulo perguntou se a Sra.
63 Luciana tinha algum documento para corroborar com as informações que compartilhou, pois seriam de
64 fundamental importância. Sra. Carla Pupin informou que foi homologado pelo juiz e Ministério Público
65 a autorização para utilização da área, 2% da área, para implantação do projeto, entretanto é necessário
66 ter autorização da SPU e está só autoriza depois de analisar o projeto, saber da fonte de recursos e
67 também ter o licenciamento ambiental, com o projeto pronto este será encaminhado a SPU para
68 solicitação da retificação do contrato, assim a área poderá ser cedida para a implantação desse projeto
69 de recuperação do meio ambiente. Sra. Luciana perguntou se haviam outros projetos além do Instituto
70 Ecofaxina. Sr. Marcio Paulo respondeu que todos os projetos antigos não estão mais vigentes.
71 Ressaltou novamente sobre o edital de chamamento para novos projetos que se encerra amanhã. O
72 Sr. Presidente sugeriu manter o assunto sob acompanhamento do Conselho. No item 5, ocorreu a
73 apresentação das novas diretrizes do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto. O Sr. Bruno
74 Estupello participou que o plano foi desenvolvido em 2019 e aprovado no meio de 2020 e a nova
75 gestão tem trabalhado fortemente para atender todos requisitos ambientais. Informou que a licença de
76 operação do porto tem 28 condicionantes todas determinadas pelo IBAMA e atendidas. Reforçou que
77 as normativas da CETESB colocam obrigatoriedade de aplicar a melhor técnica pratica disponível para

78 qualquer investimento no setor portuário, com isto, todos os terminais de grãos e graneis investem
79 robustamente nas questões ambientais, o que contribui para o não desperdício de grãos. Na
80 continuidade, o Sr. Bruno Tolino apresentou as diretrizes que nortearam o desenvolvimento do PDZ
81 de Santos. Sr. Presidente perguntou se poderiam disponibilizar a apresentação do PDZ para os
82 conselheiros. Informou que sim, e informações completas estão no site da Autoridade Portuária-Meio
83 AmbienteSustentabilidade:[http://www.portodesantos.com.br/comunidadesustentabilidade/sustentabili](http://www.portodesantos.com.br/comunidadesustentabilidade/sustentabilidade/)
84 [dade/.PlanejamentoLogístico:http://www.portodesantos.com.br/oportunidadesdenegocios/planejamen](http://www.portodesantos.com.br/oportunidadesdenegocios/planejamento-logistico/)
85 [to-logistico/](http://www.portodesantos.com.br/oportunidadesdenegocios/planejamento-logistico/) e apresentou os seguintes tópicos: 1- Diretrizes de Política Pública aplicadas do PDZ de
86 Santos; 2- Debate com a comunidade portuária e sociedade civil; 3- Projeções de demanda e
87 capacidade; 4- Zoneamento do porto de Santos (atual e futuro); 5- Principais obras em acesso
88 terrestre; 6- Resultados do PDZ – investimentos, empregos. 7 - Estimativa de cronograma para
89 Implantação. Sr. Valter Leite (SEPORT-RC) colocou que o atual PDZ do porto é um fomento de política
90 pública que irá aumentar a movimentação de carga no porto de Santos, na forma de desenvolvimento
91 sustentável. Ressaltou que a SEPORT – RC, está em parceria com a SPA para ser um facilitador do
92 empreendimento. Informou que é uma ótima oportunidade de geração de empregos para região.
93 Quanto a questão logística do terminal de passageiros, informou que está em análise a posterior
94 mudança para um terminal próximo ao centro da cidade contribuindo para a revitalização do centro e
95 do comércio. O espaço anterior será utilizado pelo Porto para o aproveitamento de mais cargas. Citou
96 sobre instalação de grande terminal para containers, no cais no Valongo, enfatizou a necessidade do
97 aumento do transporte ferroviário dentro do porto. Sr. Presidente abriu para perguntas; Sr. Ibraim
98 explicou a questão do nitrato de amônia, salientando que a OAB e o IBAMA são as entidades que
99 acompanham esta situação e que obtiveram resposta da SPA sobre o assunto, citou o caso da
100 ULTRACARGO e gostaria de saber se foi constatada alguma irregularidade, pontuou também, sobre
101 a situação do projeto de Reforço Estrutural de Suprimento de Gás da Baixada Santista (navio-bomba).
102 Sra. Luciana agradeceu as ponderações do Sr. Ibraim e de fato a OAB encaminhou ofícios solicitando
103 esclarecimentos sobre o nitrato de amônia, participou que o armazenamento do porto de Santos é
104 diferente de Beirute, pois lá armazenam grandes quantidades. Informou que o maior percentual vai
105 diretamente para agricultura, não ficando guardado em quantidade em lugar fechado, indo diretamente
106 para o transporte. Participou que o IBAMA está à frente das informações relacionadas aos terminais
107 portuários e que foi solicitada por este órgão, a regularização de irregularidades. Na questão da
108 ULTRACARGO, Sra. Luciana mencionou que naquele período a CETESB efetuou um novo Plano de
109 Gerenciamento de Risco Portuário e que este, está em vigência. Informou que como representante da
110 OAB encaminhará ao COMDEMA as respostas dos ofícios. Mencionou que em janeiro/2021 a
111 COMGÁS foi ajuizada pelo Ministério Público/GAEMA, para apresentar a garantia de segurança do
112 empreendimento, sendo estipulado prazo para apresentação. Após a resposta seria procedente que o
113 COMDEMA solicite resposta do Ministério Público apresentando suas razões e também da COMGÁS.
114 Sugeriu apresentação concomitante com as partes envolvidas. Sr. Bruno Tolino participou que ambos
115 terminais mencionados pelo Sr. Ibraim não se encontram na área poligonal do Porto organizado,
116 ficando fora da área de atuação da SPA, não cabendo intervenção. Sr. José Roberto (ASL) e Sr. Andre
117 (Lixo Zero) sugeriram a disponibilização do link das 28 condicionantes. Sr. José Roberto ressaltou que

118 um dos maiores problemas que aflige os moradores do Ponta da Praia é a proximidade dos graneis
119 vegetais sólidos. Sr. Bruno informou sobre definição de sistema de melhor tecnologia prática
120 disponível, isso define uma tecnologia que deve abater 99% das emissões de material particulado. Sr.
121 José Roberto questionou a emissão residual: quanto irá para atmosfera em toneladas (quanto
122 corresponde) e se foi definido controle para odor. Sr. André Tomé questionou sobre a Ilha dos Bagres
123 (projetos novos). Sr. Bruno Tolino respondeu que a Ilha dos Bagres não está inclusa na poligonal do
124 Porto Organizado, não havendo projetos específicos para a área, no entanto, o PDZ define estas áreas
125 como possível áreas de expansão para o futuro. Sr. André Tomé reiterou que mesmo não estando
126 incluso no PDZ gostaria de ter maior compartilhamento de informação sobre a Ilha dos Bagres. Sr.
127 Bruno Tolino informou que mesmo não estando inclusa na área da poligonal é de interesse sim por
128 parte da SPA incluir esta área dentro do porto organizado, trazendo segurança no ambiente de possível
129 desestatização. Citou que há um consórcio que estuda a desestatização do porto de Santos. Sra.
130 Valeria Costa (SECTUR) questionou as áreas de ocupação irregular que existem ao longo do porto e
131 como estas estão sendo contempladas dentro do Plano de Zoneamento do Porto (PDZ). Sr. Bruno
132 Tolino explicou que parte das regiões da Prainha e da Conceiçãozinha não estão inclusas na poligonal
133 do Porto Organizado e, conseqüentemente, fora da área de atuação da Autoridade Portuária. Explicou
134 que dentro da área poligonal existe uma retroárea, mais afastada da Conceiçãozinha, que ainda é uma
135 área verde e é prevista implementação de uma área para caminhões para diminuir o impacto no
136 município, servindo também como uma área para armazenagem de graneis sólidos. Explicou que parte
137 da área da Prainha que consta no PDZ está destinada para expansão portuária, para carga geral. Sr.
138 Ernesto (Gerente de Saúde e Segurança do Trabalho da SPA) ratificou do pleno comprimento das 28
139 condicionantes conforme demanda do IBAMA. Respondeu que a SPA verificou todo o processo de
140 movimentação de todas as cargas perigosas dentro do porto de Santos e que o nitrato de amônia é
141 verificado em toda cadeia, desde atracação do navio até a chegada do caminhão nas beneficiadoras
142 em Cubatão e as fiscalizações tiveram apoio da NTT Transporte, ANTAC, IBAMA, Prefeitura de Santos
143 e Prefeitura do Guarujá. Informou que o armazenamento desse químico, hoje, é somente feito no
144 Guarujá, na TERMAG, com capacidade estática de 5 mil toneladas, certificada pelo exército Brasileiro.
145 Inteirou que por resolução do IBAMA esta operação de fiscalização ocorrerá anualmente em Santos e
146 estendida a todos os portos do Brasil. Sra. Luciana sugeriu pautar as seguintes questões na próxima
147 Assembleia: URE e "Navio-Bomba". Informou de recebimento de notícia pelo Instituto Ecofaxina, da
148 entrega de seu projeto em atendimento ao edital de chamamento na SEMAM, na data de hoje.
149 Participou que a questão da cessão da área do SPU também está sendo resolvida. Pautou sobre a
150 relevância da revisão dos contratos de Saneamento e de Coleta de Resíduos e que a CT de Legislação
151 Ambiental pautará ambas questões. Sr. André Tomé colocou que as áreas citadas na apresentação,
152 as que não estão inclusas na poligonal do porto, são uma oportunidade para a SPA mostrar o
153 comprometimento com a interface Porto Cidade. Sr. Bruno Tolino respondeu que a SPA se preocupa
154 sim com a questão dessas áreas e tem diretrizes voltadas para a relação Porto Cidade. Reiterou que
155 todos os esforços estão dentro da área de atuação da Autoridade Portuária e que são lançadas.
156 Colocou que a SPA não tem gestão direta sobre as áreas fora da poligonal do Porto Organizado. Sr.
157 Ibraim destacou que a localização do terminal de gás está atrelado ao Porto Organizado, em

158 conformidade com o PDZ, colocou que averiguará o recebimento de resposta do GAEMA e
159 encaminhará ao COMDEMA, porém o conselho deverá cobrar resposta da CETESB/COMGÁS
160 referente a segurança. Propôs a colocação das seguintes pautas: outras alternativas para destinação
161 dos resíduos além da incineração (biodigestor anaeróbico), “navio-bomba” (instalação em mar aberto).
162 Sr. Valter informou que a preocupação do nitrato de amônia é válida, porém não apresenta risco a
163 região. Referente ao PDZ, explicou que mesmo as áreas não inclusas dentro da poligonal do porto,
164 são acompanhadas pela SPA. Sr. Marcos Bandini perguntou sobre programa de licença de operação
165 e do interesse do acesso ao programa de monitoramento de manguezal. Participou sobre o
166 desenvolvimento do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA). Sr. Luiz Oliva (Gerente de Meio
167 Ambiente) respondeu que todos os relatórios de monitoramento são passíveis de consulta no Serviço
168 Eletrônico de Informações (SEI) do IBAMA, para consultas. Informou que o programa teve uma relação
169 maior com a dragagem de aprofundamento do porto de Santos, havendo a necessidade de
170 monitoramento, caso os efeitos do aprofundamento trouxessem algum impacto sobre o manguezal. O
171 programa foi executado por vários anos, mostrando que não houve nenhuma consequência ou impacto
172 para o manguezal. O IBAMA recomendou a descontinuação do programa e a SPA não o desenvolve
173 mais, porém desenvolve o Programa de Monitoramento da Avefauna, e seus resultados acabam
174 representando a qualidade do manguezal, demonstrando enorme quantidade de espécies presentes
175 (inclusive há espécies ameaçadas de extinção) que habitam devido a qualidade do local. O presidente
176 agradeceu a apresentação da SPA e solicitou a disponibilidade das informações referente a
177 apresentação para os membros do conselho. No item 3, o presidente informou que será apresentada
178 na próxima reunião. Item 2, Sr. Eduardo explanou brevemente sobre a participação dos representantes
179 do COMDEMA na CMMC, foram indicados como titular: Sr. Gilberto Passos (OAB) e suplente: Sra.
180 Maria Fernanda Palanch (Unimonte). O presidente participou que as Câmaras Técnicas já indicaram
181 seus coordenadores e relatores apenas a de Qualidade Ambiental ainda não realizou reunião. No item
182 6, Assuntos Gerais. O presidente informou sobre solicitação do MPSP, através do promotor de justiça
183 Fernando Akaoui, sobre cópia de parecer técnico elaborado pela Câmara Técnica de Legislação
184 Ambiental, aprovado na 16ª Assembleia (20/11/2020). Assunto: Loteamento irregular, saneamento –
185 ação do poder público Caruara, participou que este será enviado. O Sr. André Tomé citou a Lei de
186 Criação do COMDEMA, sendo um órgão autônomo e deliberativo e citou que o Regimento Interno
187 reforça tudo que consta na lei, e que é necessário ser mais propositivo, pois consome-se tempo e
188 energia discutir projetos que vão na contramão da sustentabilidade. Citou exemplos como: terminal de
189 gás, “navio-bomba” e a incineração de resíduos sólidos e que pensa que esses tipos de projetos devem
190 ser refutados pelo COMDEMA, pois projetos que contribuem para mudança climática, aquecimento
191 global são contra as diretrizes do COMDEMA. Sr. Ibraim faz das palavras do Sr. André as dele. O
192 presidente pontuou que as palavras do sr. André são uma importante reflexão. Sr. José Roberto
193 acrescentou que não se pode esquecer que todos os novos projetos vêm acompanhados de estudos
194 técnicos e profundos e que o COMDEMA tem sim o papel de deliberar a favor ou contra, porém tem
195 que se pensar no que é embasado. Sr. André Tomé informou que o Sr. José Roberto tem razão, embora
196 estes estudos são patrocinados pelo empreendedor. Sendo preciso propor políticas públicas como
197 constam no Regimento Interno do conselho, sendo necessário construir um novo formato. Sr. José

198 Roberto reforçou a importância de se questionar o embasamento dos técnicos, citando seu
199 questionamento a SPA referente a quantidade de emissões na atmosfera (linha 121). Explanou que o
200 mundo está na contramão da sustentabilidade, pois a matriz energética mundial é baseada no petróleo
201 e no hidrocarboneto. Sr. André acrescentou que o Brasil está na contramão da sustentabilidade e na
202 Europa e nos Estados Unidos estão fazendo correção de rota de desenvolvimento sustentável. A maior
203 parte dos empreendimentos dos países do hemisfério norte já contam com energias renováveis e
204 Santos tem grande potencial para seguir estes exemplos. Sra. Marly Cimino (PRODESAN) posicionou
205 que as Câmaras Técnicas podem aprofundar qualquer parecer, esse é o papel destas, na função na
206 complementação da análise. Sr. Ibraim propôs que o assunto seja levado a Câmara Técnica de
207 Sustentabilidade, e que tanto no “navio-bomba” como no incinerador não foram consideradas outras
208 rotas de sustentabilidade. Sr. José Roberto informou que estão trabalhando com matriz global
209 energética fundamentada em combustíveis fósseis, citou exemplo do biodigestor, pois se tivessem
210 políticas públicas voltadas para a separação e fracionamento, o biodigestor seria importantíssimo, no
211 entanto, não há políticas nesse sentido. Salientou sobre a questão dos resíduos na cidade de Santos,
212 pois enquanto não passa o caminhão de coleta (que tem horário determinado) os resíduos são
213 depositados no chão das calçadas, atraindo insetos, cães e ratos, ficando também à mercê intempéries
214 do tempo, até que sejam coletados. Na questão do lixo Sr. Ibraim participou que a decisão é do poder
215 público com a colaboração do COMDEMA, com necessidade de edital e definição no contrato de como
216 deve ser a coleta e destinação (resíduos secos, orgânicos e rejeitos), salientou que não é a função do
217 setor privado. Sr. André solicitou que todos os conselheiros leiam o Regimento Interno e a Lei do
218 COMDEMA. Nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia foi encerrada, sendo a Ata, depois de
219 lida e aprovada, assinada por mim Glaucia Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR

Presidente

GLAUCIA REIS

Secretária